

APRESENTAÇÃO

Rui Vieira de Castro

Reitor da Universidade do Minho

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.1>

Em 17 de fevereiro de 1974 realizou-se a primeira reunião da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, que havia sido criada por Decreto-Lei publicado em 11 de agosto de 1973.

No discurso proferido por ocasião da tomada de posse da Comissão, o Ministro da Educação Nacional, Professor Veiga Simão, cujo papel havia sido decisivo para a criação das, assim designadas desde então, universidades novas, afirmou a sua conceção como “Universidades de trabalho e de criação – Universidades, espaços de reflexão – Universidades com independência de pensamento” (*cf. Depoimento, in 20 Anos de História da Universidade do Minho. Depoimentos e testemunhos*, UMinho Editora, 2024).

A Reforma Veiga Simão encontrou, como é conhecido, fortíssimas resistências no interior do governo do Professor Marcello Caetano protagonizadas pelos setores ultraconservadores, que se opunham a qualquer movimento no sentido da abertura do regime. Nestas circunstâncias, a efetiva concretização do projeto das universidades novas, no seu âmbito e alcance, dificilmente seria compaginável com a natureza ditatorial da governação.

Entretanto, pouco mais de dois meses passados da tomada de posse da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, tinha lugar a revolução do 25 de abril, que abria para Portugal um período de grandes transformações, desde logo políticas, mas também sociais, económicas e culturais.

O desenvolvimento da Universidade vai, pois, ter lugar num quadro de aceleradas mudanças em Portugal, com a turbulência associada a um processo revolucionário a exprimir-se em todos os setores de atividade, incluindo inevitavelmente o ensino superior.

No documento estratégico da Comissão Instaladora, *Universidade do Minho: Que modelo de Universidade?*, datado de 1976, caracteriza-se o contexto institucional de então, o da emergência de uma sociedade cada vez mais complexa, onde coexistiam “novas aspirações, atividades e necessidades” e “novos problemas”, e define-se o perfil desejado para a Universidade, instituição que se quer inscrita na sociedade e a ela aberta, orientada para a qualificação de alto nível dos cidadãos, num espectro amplo de domínios de formação, vocacionada para produzir conhecimento novo e inovadora nas suas formas de organização e funcionamento.

A volatilidade do ambiente político dos primeiros anos de democracia traduziu-se em recorrentes mutações nas políticas públicas e numa frequente variação dos referenciais legais e regulamentares, que foram fatores de perturbação do desenvolvimento do projeto institucional da Universidade do Minho. É verdade, porém, que o entusiasmo e a energia colocados na construção de uma nova Universidade, por uma comunidade universitária também ela jovem, se traduziram na exploração de novas possibilidades, que se ofereciam nas diversas

dimensões da sua atividade, na educação, na investigação e na interação com a sociedade, contribuindo decisivamente para a consolidação do projeto institucional.

Para tal foram igualmente determinantes as mudanças nas políticas públicas, com uma grande centralidade atribuída à educação, à educação superior e à investigação. A valorização da autonomia das universidades, independentemente dos avanços e recuos registados nesta matéria e do facto de a sua consolidação ser um processo nunca terminado, foi um fator decisivo para a afirmação da Universidade do Minho. Também o foram a integração europeia de Portugal e a consequente participação do País no Espaço Europeu de Investigação, bem como no Espaço Europeu de Ensino Superior, que trouxeram inquestionáveis benefícios para o fortalecimento das instituições de ensino superior.

Nesta perspetiva, o projeto da Universidade do Minho, tal como se foi desenvolvendo, é profundamente devedor da democracia e os contornos que assumiu não são senão entendíveis à luz do processo democrático.

Foi em democracia que a Universidade do Minho atribuiu mais de 90 000 diplomas de grau, dando um importante contributo para o progresso dos níveis de educação dos portugueses, conheceu grandes progressos enquanto comunidade científica, como se mostra na publicação *Produção científica e académica da Universidade do Minho 1976-2022: Contributos para o seu estudo* (UMinho Editora, 2023) e participou de forma reconhecidamente significativa no desenvolvimento da região e do País, induzindo inovação na sociedade, na economia e na cultura.

Ao celebrar os seus 50 anos, a Universidade do Minho não poderia esquecer a estreita ligação entre o seu desenvolvimento e a construção do Portugal democrático; a realização da Conferência “As Novas Universidades no Contexto da Democratização Portuguesa”, em abril do corrente ano, exemplifica a atenção dada a esta matéria no programa de comemorações que vem sendo realizado.

APRESENTAÇÃO

Justificava-se, porém, um evento que se focasse mais especificamente no *25 de Abril* e alargasse o âmbito de observação sobre as mudanças da sociedade portuguesa. A obra que agora se publica cumpre esse objetivo. Fá-lo através da reunião de vozes e registos múltiplos; registos assumidamente subjetivos e memorialísticos e textos académicos que selecionam diferentes objetos correspondentes a múltiplas dimensões da nossa vida como povo, que foram significativamente afetadas pela *Revolução de Abril*. Vozes que são da Universidade do Minho, mas que são também externas à nossa comunidade. Vozes que, no conjunto, produzem um olhar novo sobre esse momento maior da nossa história que foi o *25 de Abril*.

